

**OS MUNICÍPIOS NA FAIXA
DE FRONTEIRA E A
DINÂMICA DAS DROGAS**

SUMÁRIO

O QUE É A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS	3
O QUE É O OBSERVATÓRIO DO CRACK	4
INTRODUÇÃO	5
BREVE HISTÓRICO	6
O ESTUDO	7
A METODOLOGIA.....	7
O QUESTIONÁRIO.....	8
MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	9
✓ <i>A REGIÃO NORTE</i>	10
✓ <i>A REGIÃO CENTRO-OESTE</i>	16
✓ <i>A REGIÃO SUL</i>	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
BIBLIOGRAFIA	34

O QUE É A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos, considerada a maior entidade municipalista da América Latina

Fundada em 8 de fevereiro de 1980, seu objetivo maior é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar a entidade em referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

A atuação da Confederação Nacional de Municípios é voltada à representação político-institucional dos municípios junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional e ao fortalecimento da gestão municipal.

Na esfera da representação política-institucional, a CNM participa de diversos conselhos, comitês e órgãos de discussão e acompanhamento de políticas públicas junto ao Governo Federal. No Congresso Nacional, a CNM acompanha sistematicamente a pauta de votações, intervindo no processo legislativo daquelas matérias que causam impacto aos Municípios e fazendo articulação política junto aos parlamentares por meio da participação em audiências públicas, reuniões e mobilizações.

As ações voltadas ao fortalecimento da gestão municipal são feitas a partir da produção de pesquisas e estudos técnicos nas diversas áreas de atuação dos Municípios, orientação técnica e jurídica e no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas à modernização da gestão e à inclusão digital dos Municípios.

A CNM também possui atuação no cenário internacional. Neste aspecto, ela representa os municípios brasileiros em diversos organismos e associações internacionais, tais como a Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (Flacma) e a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

O QUE É O OBSERVATÓRIO DO CRACK

A partir de uma pesquisa realizada no ano de 2010, ficou constatado que 98% dos Municípios brasileiros pesquisados, à época, já enfrentavam problemas com a circulação e o consumo de crack e outras drogas. Dados que sinalizavam um problema de âmbito nacional.

Com base nessas informações, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em uma visão prospectiva, e a partir das demandas advindas dos gestores municipais, implantou o site Observatório do crack.

Por meio de acesso restrito e individualizado, o portal apresenta uma capilaridade ímpar, pois mantém contato direto com os gestores municipais por meio de canais de comunicação como: fale conosco e central de atendimento.

Um dos objetivos desse portal é identificar a rede municipal de atenção ao dependente químico, com base no preenchimento de um questionário *online*, que contém informações sobre: as redes de saúde, assistência social, e apoio; organizações da sociedade civil, como conselhos municipais, ONGs, e entidades religiosas que desenvolvem trabalhos sociais.

Informa ainda, os principais problemas enfrentados pelos municípios em decorrência da circulação e consumo de crack e outras drogas, bem como a realização de ações de prevenção ou enfrentamento ao consumo de drogas.

Ademais, existem as publicações de inúmeros materiais, tais como estudos descritivos sobre a temática e cartilhas, que abordam assuntos referentes à drogadição e a toxicodependência.

Estes materiais estimulam a troca de experiências positivas, chamadas de Boas Práticas, nos eixos de prevenção, tratamento, reinserção social dos usuários de drogas e também no eixo de segurança. Eles demonstram que, apesar de todas as dificuldades com as quais os Municípios convivem diariamente, ainda assim há trabalhos desenvolvidos que visam minimizar a problemática das drogas e seus impactos na sociedade.

Os modelos de sucesso realizados promovem e ampliam a participação da sociedade civil organizada na construção de possíveis políticas municipalistas de enfrentamento ao crack e outras drogas, contribuindo para o debate sobre o tema.

O conjunto dessas informações, sob a perspectiva da gestão municipal e da participação social, pode proporcionar ao gestor a criação de relatórios e diagnósticos iniciais sobre a problemática em seu município.

A CNM busca com essa iniciativa fomentar boas práticas municipalistas em uma via de mão dupla: na pré-atividade, onde há preparação para uma mudança identificada e esperada; e em pró-atividade, no sentido de provocar uma mudança em defesa da população brasileira.

Partindo das observações e reflexões coletivas sobre as realidades vivenciadas pelos Municípios brasileiros e suas responsabilidades, a CNM acredita em um futuro melhor e com qualidade de vida

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma área de fronteira com aproximadamente 16.886 km, o que representa 27% do território nacional. Destes, 7.363 km estão em linha seca, ou seja, existe uma delimitação simbólica, geralmente materializada por marcos e/ou monumentos de concreto, apontando que ali acaba um país e começa o outro. O restante dos 9.523 km encontram-se em lagos, rios e canais.

Nesta extensão estão 588 Municípios, distribuídos em onze estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina, conforme figura 1.



Figura 1: mapa apontando os onze estados brasileiros que fazem fronteira com outros países. Fonte: Confederação Nacional de Municípios.

A população estimada na região fronteira é superior a 11,5 milhões de habitantes (IBGE,2016). O menor Município, Santiago do Sul em Santa Catarina, possui 1.341 habitantes e o maior, Porto Velho em Rondônia, possui 511.219 habitantes. Vale ressaltar que para ser considerado como pertencente a faixa de fronteira, o Município pode estar localizado até a 150 km, país a dentro, na largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A exceção do Equador e do Chile, o Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul, dentre eles: Argentina, Bolívia, Colômbia, França (Guiana Francesa), Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Uruguai. Alguns deles, reconhecidamente produtores de drogas ilícitas.

Estas regiões conhecidas como fronteira, são unidades territoriais com diversidades socioeconômicas, comportamentais, culturais e geográficas de muita relevância. Em muitos destes locais a presença do estado é mínima e as organizações criminosas estabelecem bases para facilitar a comercialização de entorpecentes e armas.

Este são fatores que levam a Confederação Nacional de Municípios a ter um olhar mais amplo e aproximado da situação enfrentada por estes Municípios, que são marcados principalmente pela vulnerabilidade.

BREVE HISTÓRICO

No ano de 2013, a Confederação Nacional de Municípios realizou a primeira pesquisa para mapear a realidade dos Municípios localizados na fronteira brasileira, e os resultados não foram animadores.

Foram detectadas insuficiências na estrutura de atendimento aos dependentes químicos, tanto na área da saúde quanto na assistência social, falhas decorrentes de questões estruturais.

A questão da segurança pública foi citada como um ponto extremamente delicado, pois concluiu-se que existia, à época, uma lacuna notável na presença de estruturas e equipamentos para a realização da fiscalização nestas regiões, bem como a deficiência de policiamento. Este fato apontou diretamente para o alto índice de violência nestas localidades.

A falta de financiamento de políticas públicas por parte da União e dos estados também foi mencionada, apresentando o abandono total destes Municípios fragilizados pelo alto índice de tráfico de drogas.

Das 588 cidades situadas em região de fronteira, 330 foram pesquisadas, totalizando aproximadamente 56%.

O ESTUDO

Os objetivos do atual estudo foram:

- constatar se os Municípios são rota de tráfico de drogas e quais os tipos são comercializadas;
- conhecer a realidade e a dinâmica da fronteira brasileira quanto ao tráfico de drogas;
- verificar quais os impactos que os Municípios enfrentam por serem de faixa de fronteira;
- mapear os equipamentos do governo federal e estadual presentes nos Municípios;
- verificar se os equipamentos federais e estaduais existentes nos Municípios possuem articulação com a prefeitura municipal;
- pesquisar se os Municípios em faixa de fronteira recebem usuários de drogas de países vizinhos e se ofertam tratamento na rede local;

A METODOLOGIA

A Confederação Nacional de Municípios, por meio de sua central de atendimento, entrou em contato com os prefeitos dos Municípios de fronteira, solicitando a indicação de um gestor que ficou responsável por responder ao questionário, que embasou o estudo.

Os indivíduos indicados pelos gestores, em sua maioria, foram servidores das Secretarias Municipais.

A pesquisa foi concluída no mês de junho do ano de 2016, com participação de 366 pesquisados, de um total de 588 Municípios de fronteira, totalizando 62% de participantes.

O QUESTIONÁRIO

O questionário foi composto por cinco questões tendo, em algumas, subdivisões com perguntas vinculadas.

A primeira questão indagou se o Município era rota de tráfico de drogas oriundas de países vizinhos. A realidade que esta informação carrega é sobre como a dinâmica do tráfico afeta os Municípios fronteiriços, dependendo do tipo de entorpecentes que por lá passam, pauta do primeiro subitem da questão. Sabe-se que o Brasil é vizinho de países produtores de drogas, então, conforme a localização geográfica, alguns tipos de tóxicos são mais comuns que outros. Isto foi investigado também nesta questão.

Na mesma pergunta, no segundo subitem, foram questionadas as formas de tráfico, se ele ocorre por meio terrestre, aéreo e aquático, ou mesmo, das três maneiras.

Por sua natureza ilegal e pela conseqüente necessidade de tentar escapar do monitoramento realizado pelas forças de segurança, os tipos de tráfico, em suas diversas dimensões, tendem a assumir características de constante inovação, renovação e integração. Sendo assim, as rotas do narcotráfico são a maior prova do processo de integração disseminado pelas drogas.

A segunda pergunta foi sobre os problemas que os Municípios enfrentam diretamente relacionados ao crack. Foram apontadas nove problemáticas, e um campo ficou em aberto, para que a pessoa responsável pelo questionário tivesse a oportunidade de descrever fatos pontuais ou curiosos.

A terceira questão foi muito semelhante com a anterior, a informação diferente referia-se aos problemas que outras drogas levavam as localidades, à exceção do crack.

A questão de número quatro solicitou informações sobre a presença de instituições que trabalham com segurança, tanto do governo federal quanto estadual. A complementação indagava se havia e quais eram as articulações com a prefeitura. O intuito foi averiguar como está a segurança nas cidades de fronteira, além de compreender se existem ações complementares entre os Municípios, os Estados e a União.

A quinta e última informação era sobre o aporte a usuários de drogas de países vizinhos, e se os mesmos conseguiram tratamento na rede local municipal. O objetivo foi levantar dados sobre como os Municípios trabalham com a proximidade geográfica, a qual permite o fácil acesso destes usuários a suas cidades.

MUNICÍPIOS PESQUISADOS

No Brasil, somente as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul fazem fronteira com países vizinhos.

A região Norte é composta por sete estados, dos quais seis são considerados, segundo o IBGE, como de fronteira. Na região Centro-Oeste são quatro estados, mas apenas dois estão dentro da faixa de fronteira. Já na região Sul, os três estados que compõem o território são classificados como fronteiriços.

A tabela exibida abaixo, apresenta separadamente as três regiões do país, os estados e Municípios pesquisados para esse estudo.

Região	Estados de fronteira	Números de Municípios de fronteira	Números de Municípios pesquisados	Porcentagem sobre o total de Municípios %
Norte	AC	22	6	27%
	AM	21	3	14%
	AP	8	1	13%
	PA	5	1	20%
	RO	27	11	41%
	RR	15	5	33%
Total	6	98	27	28%
Centro oeste	MS	44	25	57%
	MT	28	16	57%
Total	2	72	41	57%
Sul	PR	139	95	68%
	RS	197	137	70%
	SC	82	66	80%
Total	3	418	298	71%
Total Geral	11	588	366	62%

Fonte: Confederação Nacional de Municípios

✓ **A REGIÃO NORTE**

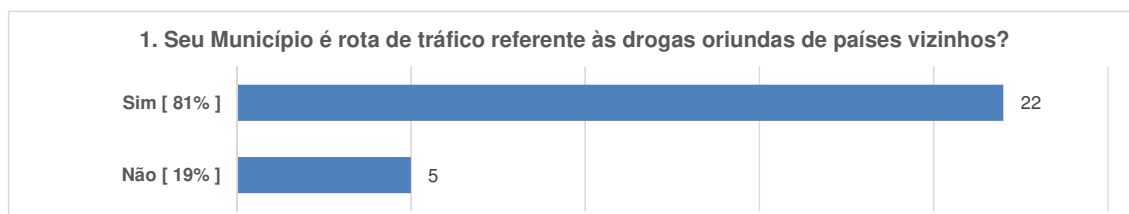
A cultura da região Norte é muito rica, e fortemente influenciada pelos indígenas, europeus, africanos, bem como pelos migrantes. Nela, localiza-se a Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo, o rio Amazonas, o maior rio do mundo em extensão, a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo e Pico da Neblina, o ponto mais alto do país.

Esta é a região mais ampla do Brasil, com aproximadamente 3.869.637 km², sendo composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A exceção do último estado, todos são considerados fronteiriços.

Além de possuir o maior espaço territorial, os dois maiores estados do Brasil, Amazonas e Pará, estão localizados nesta área.

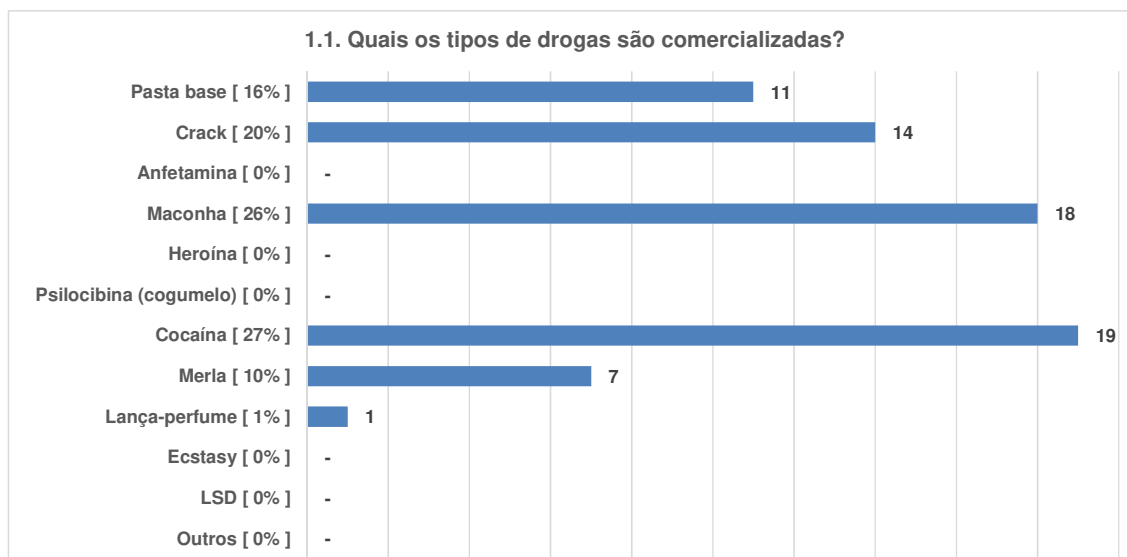
Por sua vasta superfície, esta região possui fronteira com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, além da França (Guiana Francesa).

O Norte do Brasil é composto por 98 Municípios considerados de fronteira, dos quais 27 participaram da pesquisa, correspondendo a 28%. Na sequência então os dados compilados:



A primeira questão reflete uma realidade preocupante para região Norte, pois 81% dos Municípios pesquisados citam ser rota de tráfico de drogas oriundas de países vizinhos.

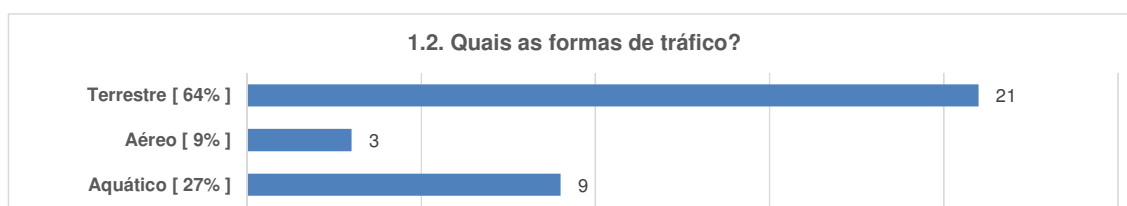
Essa percentagem alta pode ser explicada por sua vasta extensão fronteiriça com os países vizinhos, dos quais quatro são reconhecidos como produtores de drogas ilícitas.



A sequência da questão abordou quais os tipos de drogas são as mais comumente comercializadas ou que passam pela região. Vale destacar que mais de uma substância poderia ser marcada.

Dentre os 27 Municípios pesquisados, a cocaína e a maconha estão no topo da lista, com 27% e 26% respectivamente. Em terceiro lugar está o crack, com 20%. A pasta base aparece em seguida com 16%, e para finalizar estão a merla com 10% e lança-perfume 1%.

Estas percentagens foram calculadas pelo somatório dos apontamentos. Este cálculo resultou em 70 apontamentos que correspondem a 100%. Desta forma as percentagens seguintes foram determinadas.



Com relação as formas de tráfico, 64% das respostas indicam que o transporte terrestre é o mais utilizado, esta pode ser a maneira mais comum de realizar o traslado de ilícitos, pois engloba diversos tipos de veículos, desde pequenas motocicletas a grandes caminhões.

O tráfico aquático ficou em segundo lugar, com 27% das citações. Esta colocação no *ranking* pode ocorrer devido ao Brasil ter uma grande parte de seu território com rios, canais e lagos, principalmente na região Norte.

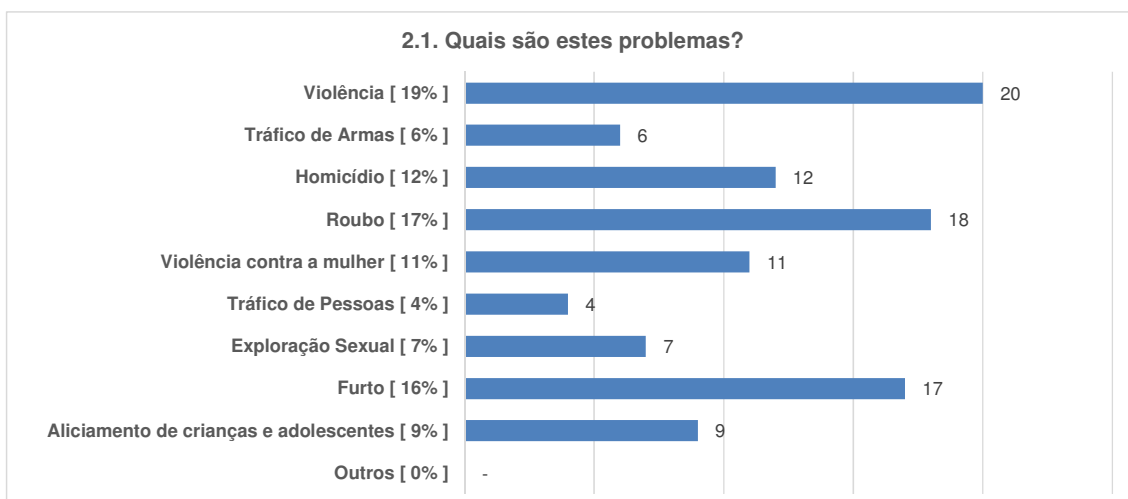
Já a forma de tráfico aéreo ocupou o último lugar, com 9%. Provavelmente este é o tipo menos utilizado de deslocamento, pois necessita de aeronaves e de pessoal especializado para pilotar.

Para chegar a estas percentagens foi utilizado o somatório dos apontamentos, já que mais de uma opção poderia ser marcada nesta questão. De acordo com a soma, foram calculadas as percentagens.



Durante o levantamento, algumas questões tiveram o entorpecente crack como foco, separado de outras drogas, para que o impacto nos Municípios fosse avaliado isoladamente.

A pergunta de número dois questionou se o crack trazia problemas específicos para os Municípios. A maioria dos pesquisados, 78% disse que sim. Apenas 22% revelaram não enfrentar problemas com a droga em questão.

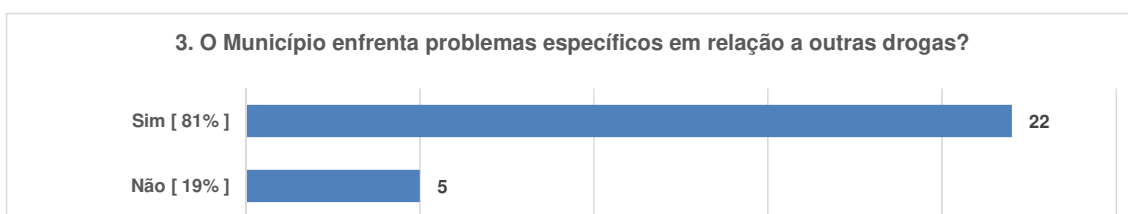


Na descrição dos problemas que o crack carrega consigo, a violência 19%, o roubo 17%, e o furto 16%, aparecem nos primeiros lugares, seguidos por homicídio 12%, violência contra a mulher 11%, aliciamento de crianças e

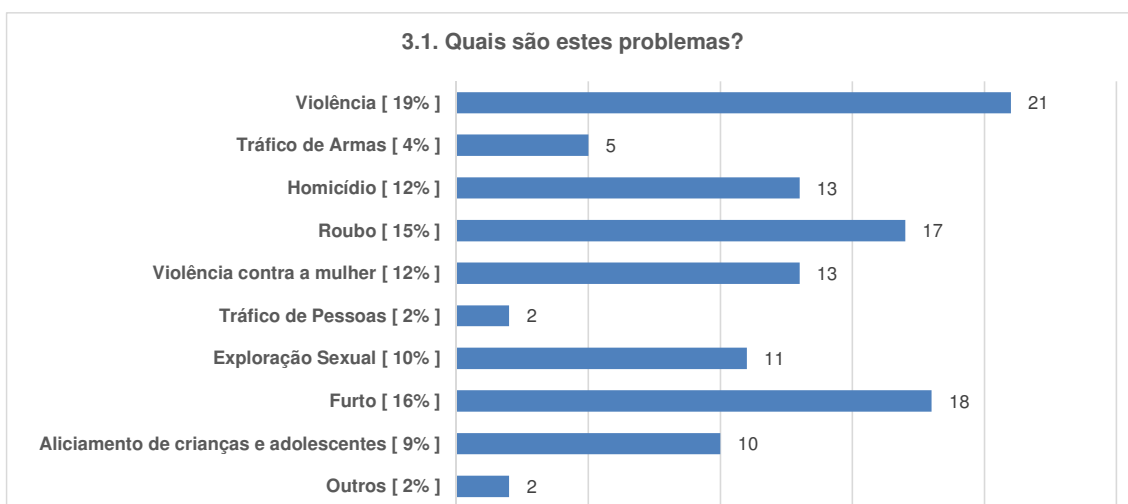
adolescentes 9%, exploração sexual 7%, tráfico de armas 6% e tráfico de pessoas 4%.

De fato, a toxicodependência abarca inúmeros problemas, não somente a doença em si, mas também fatores que interferem no cotidiano dos dependentes, de seu círculo familiar e também no Município onde vivem.

Há inclusive o fato de que se existem consumidores, existem fornecedores, sejam eles traficantes de grande, médio ou pequeno porte, e isso afeta diretamente a sociedade, impactando nas áreas citadas acima.

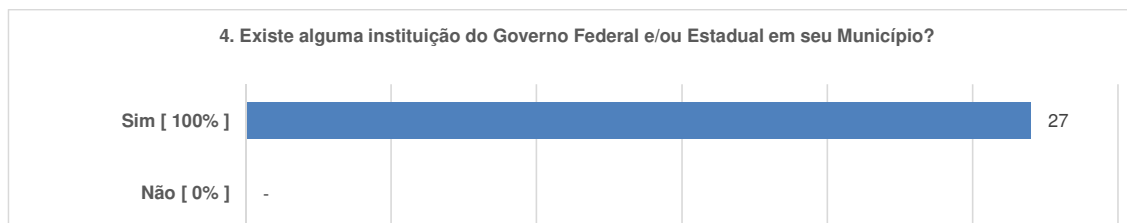


Quando questionados sobre problemas específicos relacionados a outras drogas, 81% relataram que enfrentam esta dificuldade. Apenas 19% dos pesquisados garantem não possuir problemas específicos a outras drogas.



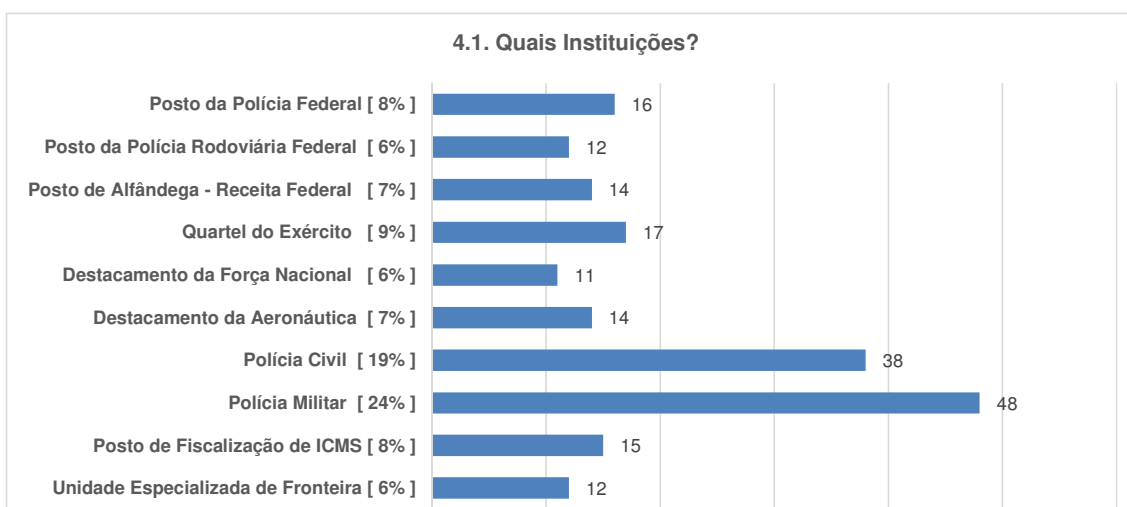
Na descrição dos problemas que outras drogas, exceto o crack, trazem para os Municípios, a violência 19%, o furto 16% e o roubo 15% aparecem nos primeiros lugares, seguidos por homicídio e violência contra a mulher 12%, exploração sexual 10%, aliciamento de crianças e adolescentes 9%, tráfico de armas 4% e tráfico de pessoas 2%.

Na mesma questão havia um espaço para que os participantes pudessem relatar mais alguma informações e, 2% deles citaram os acidentes de trânsito, decorrentes do uso de entorpecentes e também, a violência doméstica.



A questão de número quatro referia-se a presença de instituições federais e estaduais nos Municípios. Visto que estão em região de fronteira, a existência das mesmas são de extrema importância para a fiscalização, controle e apreensão de drogas ilícitas.

Dentre os pesquisados, 100% deles possuem uma ou mais entidades em seu território.

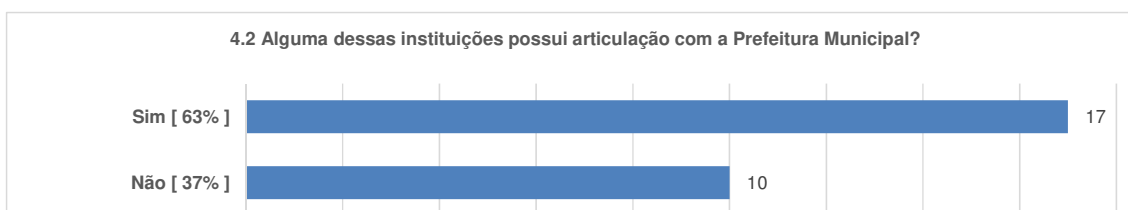


Dentre as instituições, o Norte do país possui a polícia militar em 24% dos Municípios pesquisados e a polícia civil aparece em 19% deles.

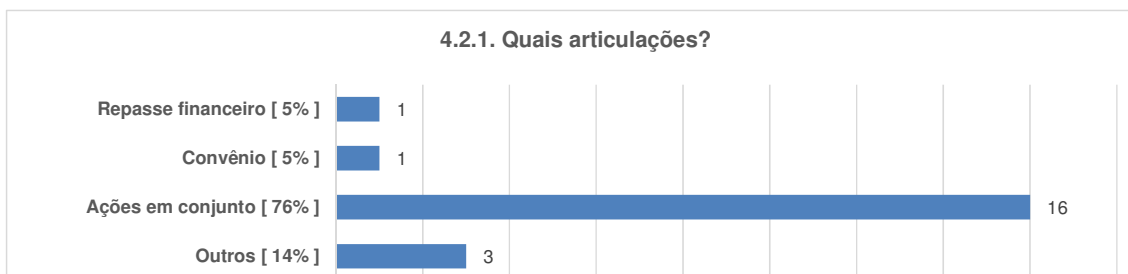
Não há muita discrepância entre as outras instituições, que aparecem em quantidades semelhantes, como: quartéis do exército em 9%, postos da polícia federal e postos de fiscalização do ICMS em 8%, postos de alfândega e destacamentos da aeronáutica em 7%, postos da polícia rodoviária federal,

destacamentos da força nacional e unidades especializadas de fronteira com permanência em 6% das localidades.

Ressalta-se que na pesquisa não houve diferenciação entre o número de postos e o número de profissionais. A informação relevante é sobre a presença ou não das instituições nos Municípios pesquisados, e como verifica-se nos dados acima, todos os participantes possuem representatividade federal e/ou estadual em sua área territorial.

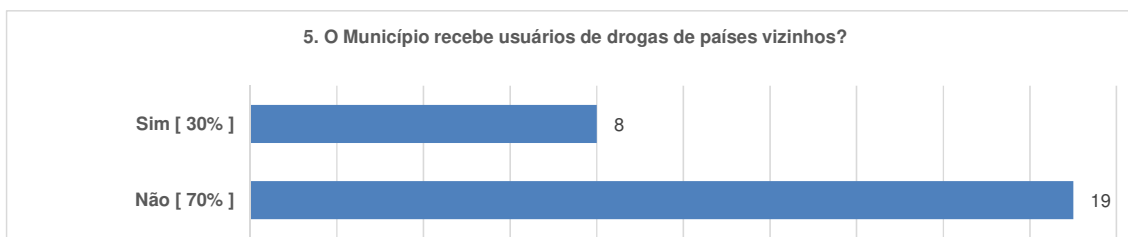


Questionados sobre a articulação das instituições com a prefeitura municipal, 63% dos Municípios afirmaram que ela existe. As localidades que não possuem articulação alguma somaram 37%.



Quando a resposta foi positiva para a articulação entre as instituições e a prefeitura, 76% afirmaram que ações em conjunto são realizadas, 5% possuem algum tipo de convênio e repasse financeiro.

O campo *outros* foi preenchido por 14% das respostas. Dentre as menções estão alguns programas de prevenção desenvolvidos com o auxílio das polícias, questões logísticas para que atividades sejam efetivadas e parcerias com o estado.



O questionamento seguinte abordava se usuários de drogas de países vizinhos eram recebidos no Município. Apenas 30% disseram que recebem, a maioria dos pesquisados, 70%, declararam que isso não ocorre.



Seguindo a questão anterior, dos Municípios que recebem usuários de drogas de países vizinhos, a metade oferta tratamento na rede local de atenção e a outra metade não.

✓ **A REGIÃO CENTRO-OESTE**

A região Centro-Oeste ocupa 18,8% da extensão territorial do Brasil, possuindo uma área de 1.604.850 Km², sendo menor apenas do que a região Norte. A sua densidade populacional é pequena, por esta razão, apresenta grandes vazios demográfico e algumas concentrações urbanas.

De todas as regiões, está é a mais interiorana do país, sendo a única que não possui litoral, em contraponto, ela faz limite com todas as demais.

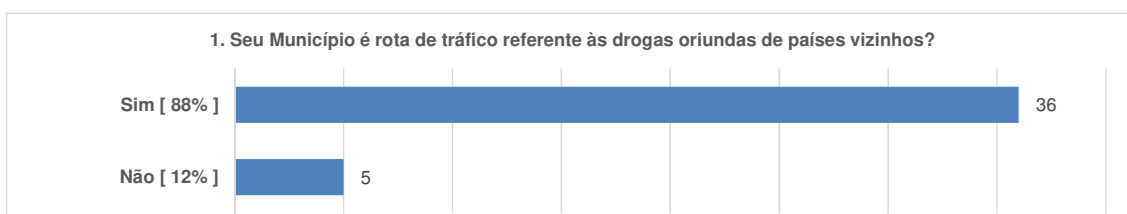
Seu povoamento foi consequência dos fluxos migratórios, primeiramente devido ao transporte de gado do Sul e Sudeste para as primeiras fazendas do Centro-Oeste, além da atuação dos bandeirantes paulistas.

O clima é tropical semiúmido e o cerrado é a vegetação predominante. As principais atividades econômicas são baseadas na produção industrial, na agricultura e pecuária.

O turismo é baseado nas belezas naturais. Há destaque para diferentes paisagens: o Pantanal, maior bacia inundável do mundo, com vegetação variada e fauna muito rica; as chapadas, formadas pela erosão que ocorreu ao longo dos tempos, as águas termais presentes em alguns Municípios e; as cidades que são patrimônio histórico.

A região é composta por três estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, mais o Distrito Federal. Contudo, apenas os dois primeiros fazem parte do estudo, e suas fronteiras internacionais abarcam a Bolívia e o Paraguai.

O Centro-Oeste do país é composto por 72 Municípios considerados de fronteira, dos quais 41 participaram da pesquisa, correspondendo a 57%. Na sequência então os dados compilados:

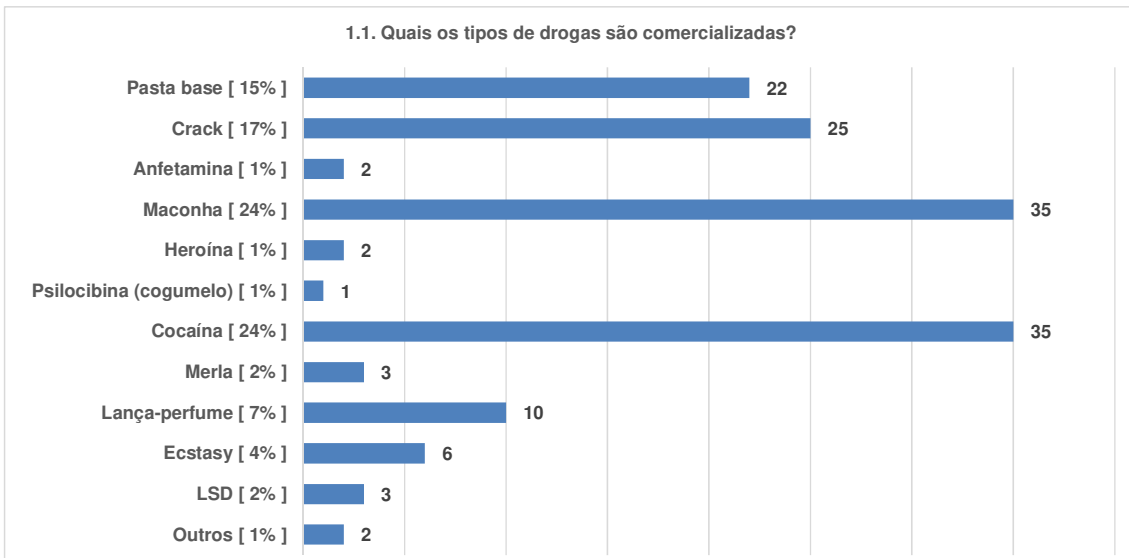


Dos Municípios pesquisados, 88% afirmaram ser rota de tráfico. Esse número é considerado alto para uma região composta apenas por dois estados, e também pelo fato de possuir o menor número de cidades fronteiriças.

Pode-se especular que, a proximidade com a Bolívia, grande produtor de cocaína, e o Paraguai, maior produtor de maconha da América latina, façam com que região seja um importante espaço do tráfico de entorpecentes para o consumo interno e para a exportação.

Tal fato pode indicar que, possivelmente, exista uma malha de transporte interligada às outras regiões do país, devido a facilidade de acesso aos grandes centros de distribuição, proporcionado pela posição geográfica da área

Uma percentagem pouco expressiva, 12%, declarou não ser rota de tráfico.

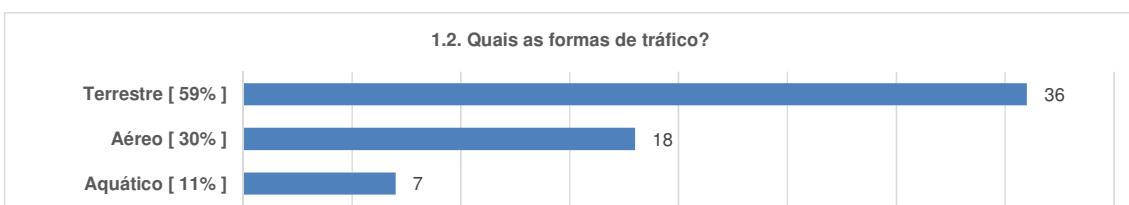


Quando solicitadas informações sobre os tipos de drogas comercializadas, a maconha e a cocaína foram as mais citadas, representando 24%, seguidas pelo crack com 17%.

Este último dado é interessante devido ao fato que os estados aqui estudados são muito próximos da Bolívia, um dos países produtores da cocaína pura, chamada de espinha de peixe. Porém, o dado referente ao crack implica que os vizinhos que anteriormente só produziam a cocaína, começaram a beneficiar o crack, droga que é uma mistura de substâncias, produzidas em sua maioria, no Brasil.

Em sequência as drogas traficadas são: pasta base (15%), lança-perfume (7%), ecstasy (4%), LSD e merla (2%), anfetamina, heroína e psilocibina (1%).

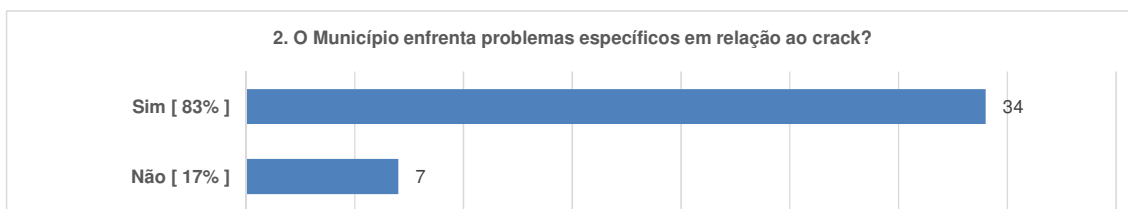
O campo *outros* foi citado por 1% dos pesquisados que fizeram indicativo sobre bebidas alcoólicas adulteradas, drogas a base de aerossol e alguns tipos de chás.



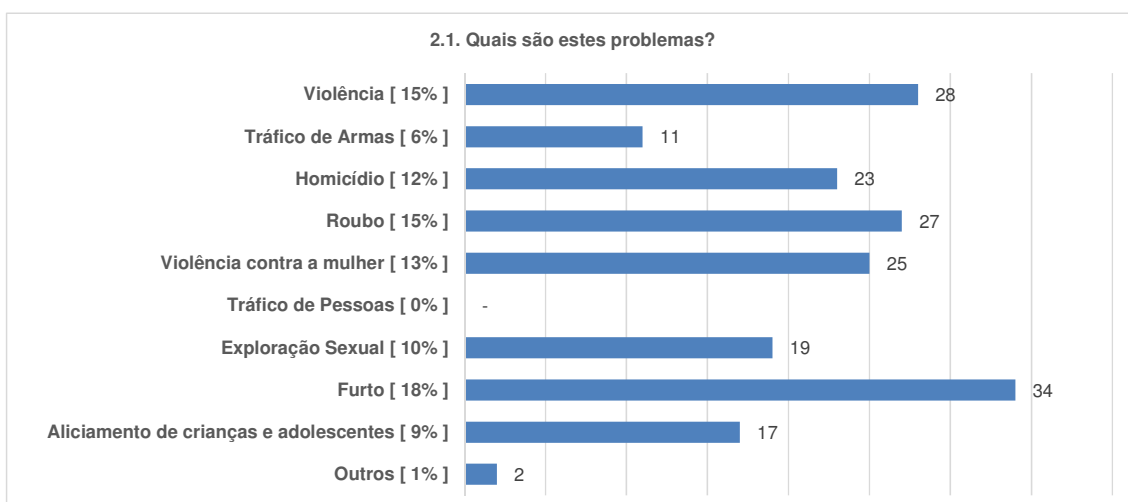
Depois de especificada as drogas que são comercializadas, foi questionada qual a forma de transporte das mesmas. A maioria, como esperado, é a forma terrestre com 59%.

Em seguida aparece a forma aérea, 30%, um número muito alto se comparado às outras localidades. Este é um dado que chama atenção, pois esta região é famosa pelas pequenas pistas de pouso clandestinas, áreas estas utilizadas fortemente pelos traficantes, por serem de densidade populacional baixa e, conseqüentemente, de fiscalização insuficiente devido ao tamanho do território

A forma de transporte aquática aparece como última no *ranking*, com 11%.



No Centro-Oeste, 83% dos pesquisados apontaram ter problemas específicos em relação a droga crack. Somente 17% não enfrentam especificidades em relação a este entorpecente.

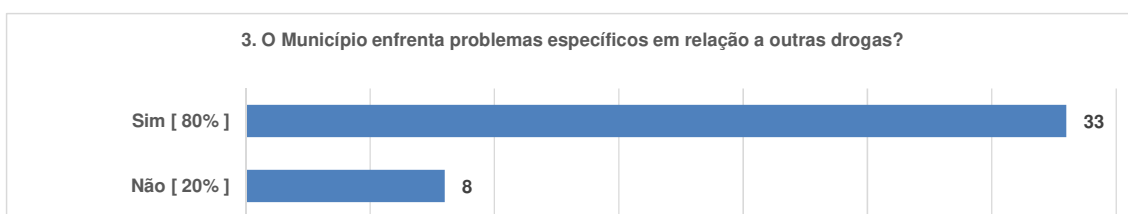


Os problemas descritos e relacionados especificamente ao crack são: furto 18%, violência e roubo 15%. Geralmente estes três problemas aparecem

de forma quase igualitária, pois em localidades onde furtos e roubos crescem a violência vem atrelada a eles.

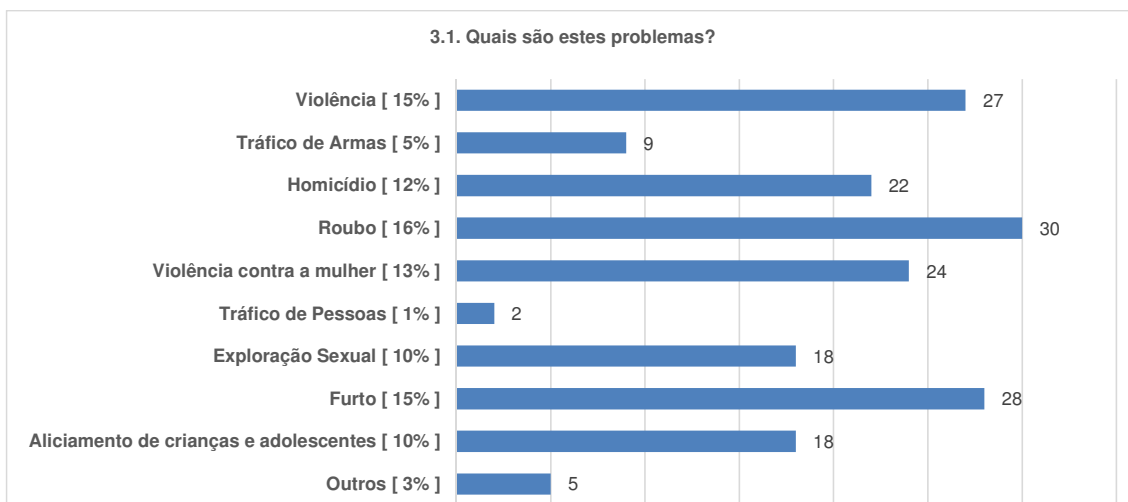
A violência contra a mulher aparece em 13% dos apontamentos, um número significativo para as localidades estudadas. Em seguida estão homicídios (12%), exploração sexual (10%), aliciamento de crianças e adolescentes (9%), e o tráfico de armas (6%).

O campo *outros* indicou o aumento no número de pessoas em situação de rua e a questão do suicídio por parte de usuários de crack.



Quando questionados sobre problemas que outras drogas causam, diferentes do crack, o número ficou em 80%. Esse percentual para os que não possuem problemas são de 20%.

Se for comparada a droga crack, com a gama de outras drogas existentes e que estão englobadas nesta questão de número três, pode-se perceber que o crack, como uma droga única, causa mais problemas sozinho do que todas as outras somadas.

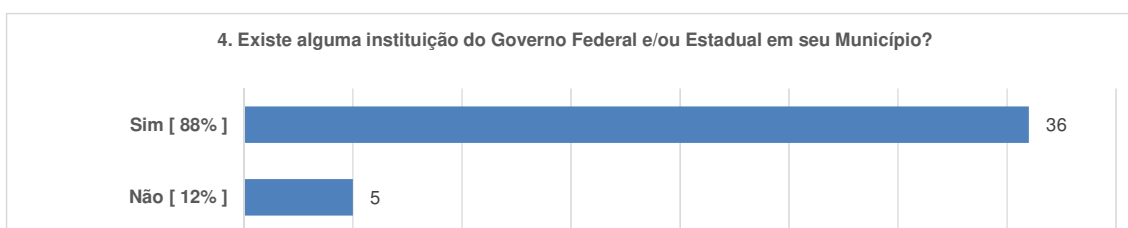


A questão complementar, que diz para a sociedade quais os problemas enfrentados quando há circulação de drogas no Município, aponta em

primeiros lugares o roubo (16%), o furto e a violência (15%), resultado pouco diferente dos problemas específicos em relação ao crack.

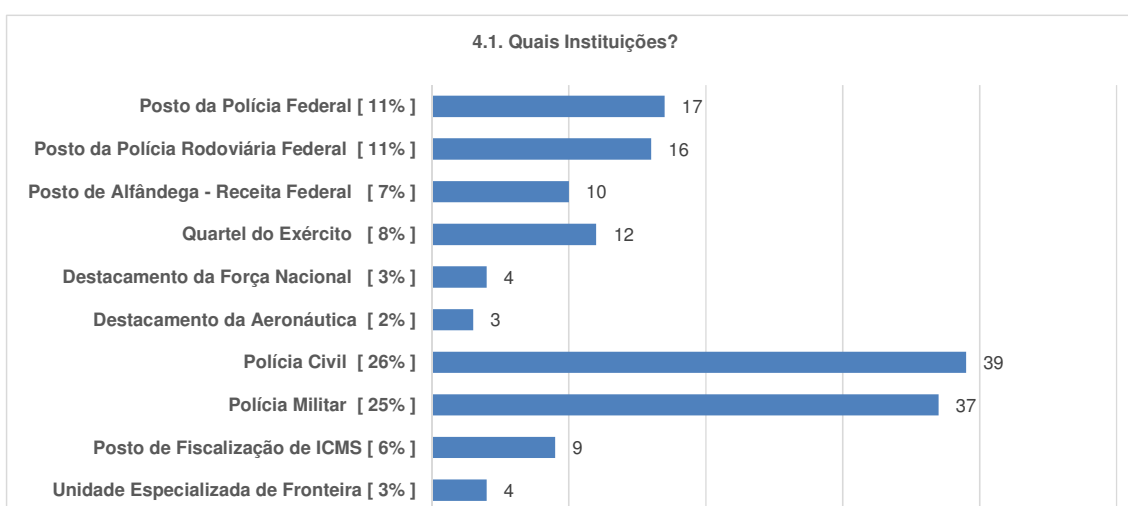
No *ranking* seguem a questão da violência contra a mulher (13%), homicídio (12%), exploração sexual e aliciamento de crianças e adolescentes (10%) e tráfico de armas (5%).

No campo *outros*, que apareceu na pesquisa em 5% dos comentários, destacaram-se as pessoas em situação de rua, o alcoolismo e também o suicídio.



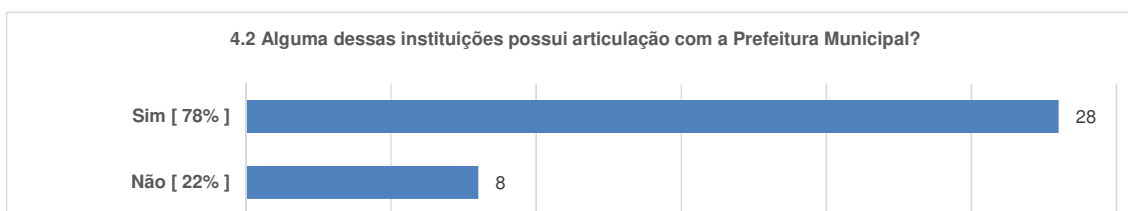
Esta questão reflete o quanto há da presença do governos federal ou estadual nos Municípios, para auxiliar a temática que engloba o mundo das drogas. Nos dois estados pesquisados, 88% dos Municípios declararam haver esta presença, tão importante em um país que possui uma fronteira extensa.

Dos 41 Municípios pesquisados, 12% não são contemplados com estas instituições.



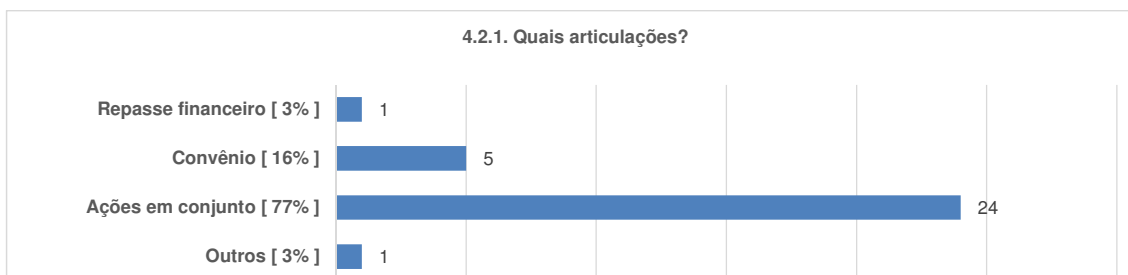
Os participantes que afirmaram ter em suas cidades alguma das instituições citaram a presença da polícia civil em 26%, a polícia militar em 25%, postos da polícia federal e da polícia rodoviária federal em 11% delas.

Os quartéis do exército foram citados por 8%, os postos de alfândega por 7%, postos de fiscalização do ICMS por 6%, os destacamentos da força nacional e unidades especializadas de fronteira por 3% e, por fim, destacamentos da aeronáutica por 2%.



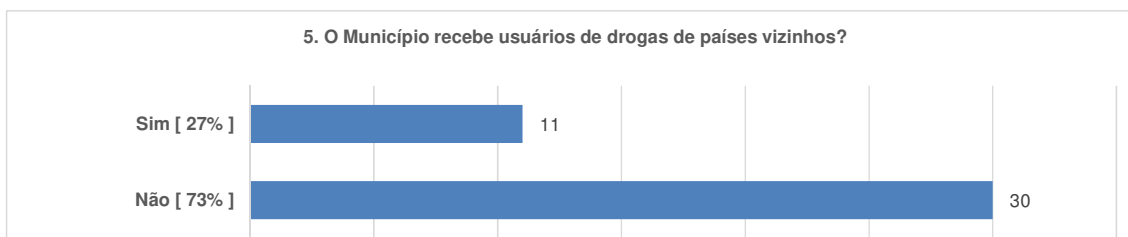
A articulação das instituições com a prefeitura acontecem em 78% dos Municípios, entretanto, 22% deles citam não realizar articulação alguma.

Isto de alguma forma afeta a comunidade, pois quando há a efetividade de um trabalho em conjunto, as ações idealizadas costumam ser mais bem sucedidas.

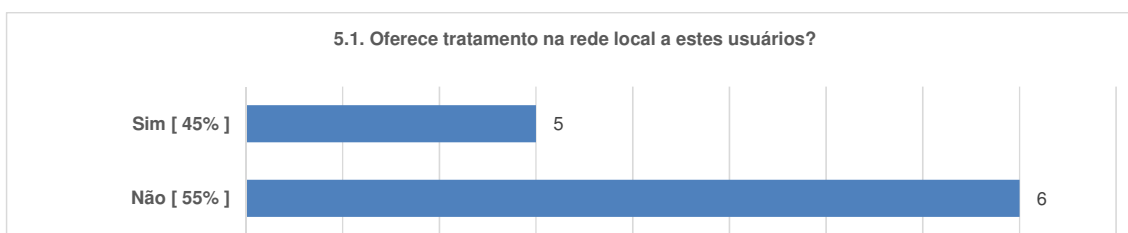


Dentre os 78% pesquisados que possuem esta articulação, as ações em conjunto são o vínculo que mais parece, com 77% das indicações. Os convênios são realizados em 16% dos locais e 3% recebem algum tipo de repasse financeiro.

No campo *outros*, que aparece em 3% das pesquisas, são comentados auxílios ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD.



Dos participantes do estudo, 73% não recebem usuários de drogas de países vizinhos e 27% deles recebem.



Dos 27% de Municípios que recebem usuários de países vizinhos, 55% não os tratam na sua rede local, e 45% tratam. Estes números, embora não muito diferentes, podem refletir inúmeras situações.

As localidades que deixam de ofertar tratamento podem não ter uma rede estruturada, ou quando ela existe, pode ser insuficiente para tratar até mesmo os dependentes químicos da região.

Já os Municípios que conseguem ofertar este trabalho, podem realizá-lo em parcerias, convênios ou consórcios com cidades vizinhas, e que são referência. Há também que se destacar o esforço dos gestores locais para encaminhar este usuário a alguma instituição especializada em tratamento.

✓ **A REGIÃO SUL**

Os primeiros habitantes da região sul do país foram as povos indígenas, como os carijós, os guaranis e os kaingangs.

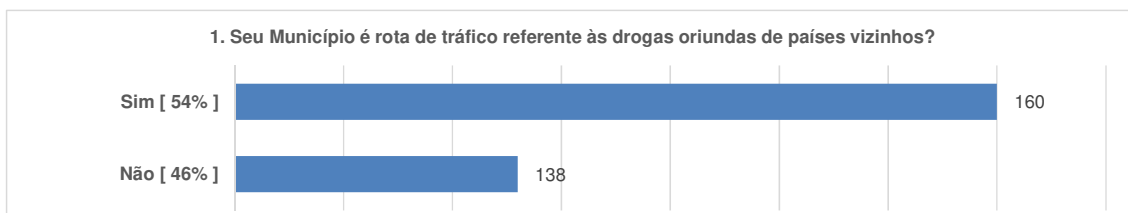
O povoamento do sul começou principalmente nos séculos XIX e XX, e os primeiros imigrantes foram principalmente os açorianos, os alemães e os italianos. Menores grupos como os árabes, poloneses e japoneses também procuraram a região para fazer dela sua morada.

O relevo da região sul se destaca pelo planalto, além das planícies e da campanha gaúcha. O clima que predomina no sul do Brasil é o subtropical. Por ser uma região fria, no inverno há ocorrência de neve, o que atrai muitos turistas para a região.

Esta é a menor entre as cinco regiões do Brasil e possui uma população com mais de 29 milhões de habitantes.

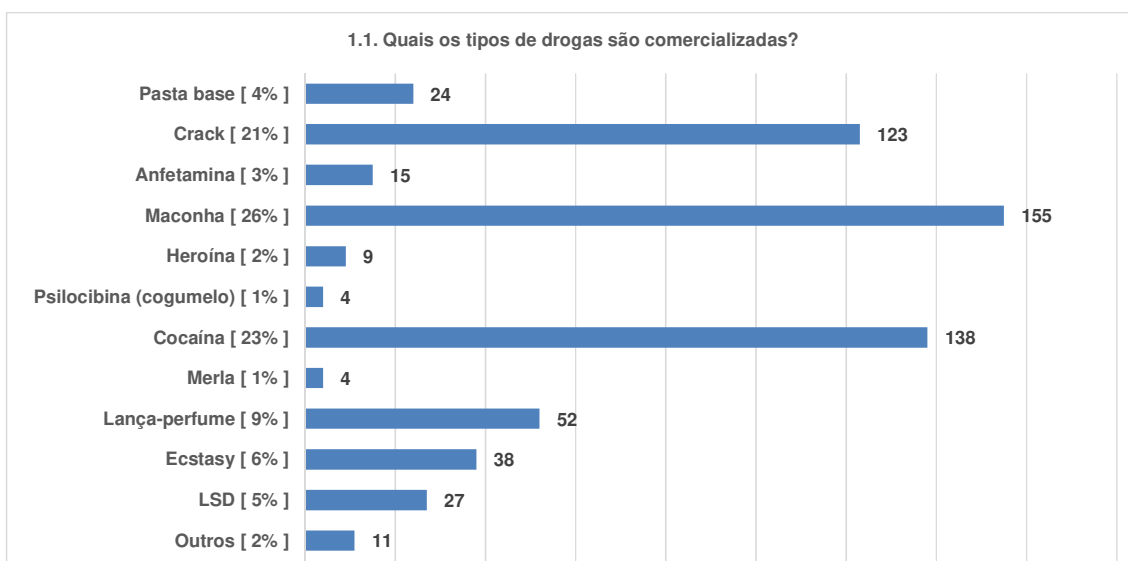
Formada por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, faz fronteira com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em sua totalidade abarca 418 Municípios considerados de fronteira, dos quais 298, ou seja, 71%, participaram desta pesquisa. Na sequência então os dados compilados:



Na região Sul do Brasil, 54% dos Municípios que participaram da pesquisa afirmaram ser rota de tráfico. A percentagem de 46% aponta não enfrentar este tipo de situação.

Das três regiões averiguadas, esta é a que menos sofre com a questão do tráfico de drogas.



Para conhecimento de quais drogas são comercializadas dentro dos 54% que disseram ser rota de tráfico, uma questão de múltipla escolha sobre os tipos de drogas foi realizada.

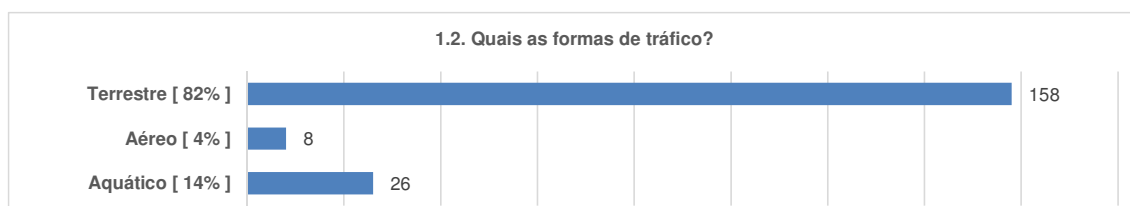
A maconha aparece em primeiro lugar nas citações, com 26%, em seguida a cocaína com 23% e crack com 21%.

Talvez a maconha seja a droga mais comercializada, pois os países que fazem fronteira com a região Sul são produtores deste tipo de entorpecente, além do fato de que o Uruguai, país sul-americano, legalizou a produção, comercialização e distribuição da droga. Isto pode afetar a dinâmica do tráfico no Brasil.

Na sequência, dos tipos de drogas que entram nesta região estão, o lança-perfume 9%, o ecstasy 6% e LSD 5%. O lança-perfume tem sua venda permitida em território Argentino, o que pode influenciar diretamente a questão do narcotráfico.

No curso das respostas encontram-se a pasta base 4%, anfetamina 3%, heroína 2%, merla e psilocibina 1%.

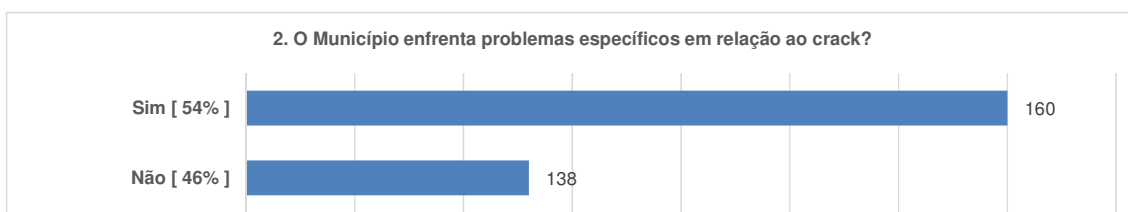
O campo *outros* foi citado em 2% das respostas, e incluiu o tráfico de cigarro, álcool, haxixe, que é a resina da maconha, e o pitico, uma mescla de cigarros de maconha com pedras de crack e que, segundo especialistas, é uma combinação perigosa, já que está por trás de parte dos casos de dependência de crack.



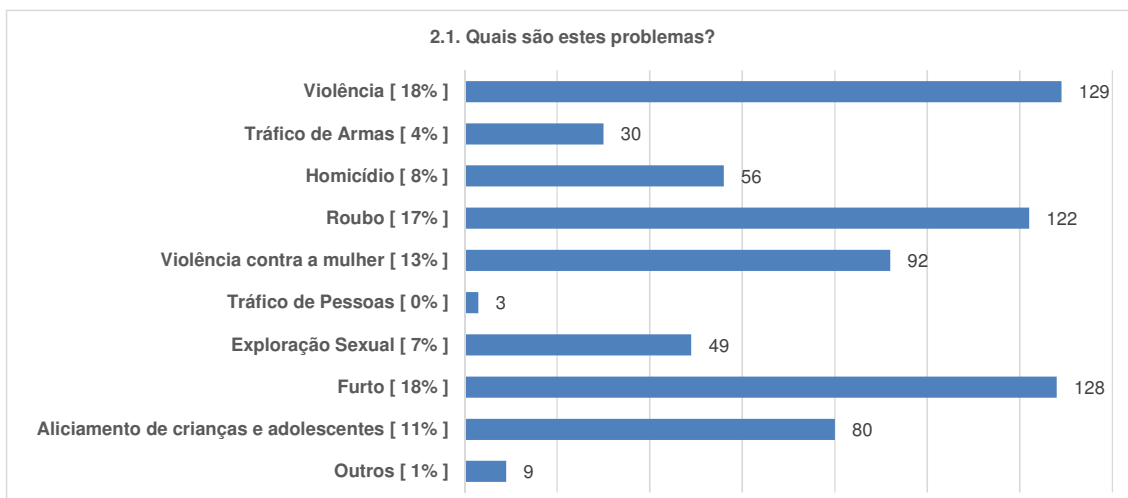
Ainda relacionado ao tráfico de drogas, houve o questionamento sobre quais os tipos são mais utilizados. A forma terrestre aparece em primeiro lugar, assim como nas outras duas regiões, isto deve ocorrer pois é a forma menos complexa de transporte, se comparada as outras duas.

O carregamento de ilícitos pelas águas, que corresponde ao tráfico aquático, está em segundo lugar com 14%. Aqui vale recordar que a maior parte da fronteira, ou seja, 9.523 km estão em rios, lagos e canais.

O tráfico aéreo aparece em terceiro lugar nesta região, com 4%. Esta parece ser a forma mais complicada de realizar esse traslado, pois envolve planejamento, pessoal especializado e ainda conta com a vigilância do espaço aéreo brasileiro, realizada pelas autoridades competentes.



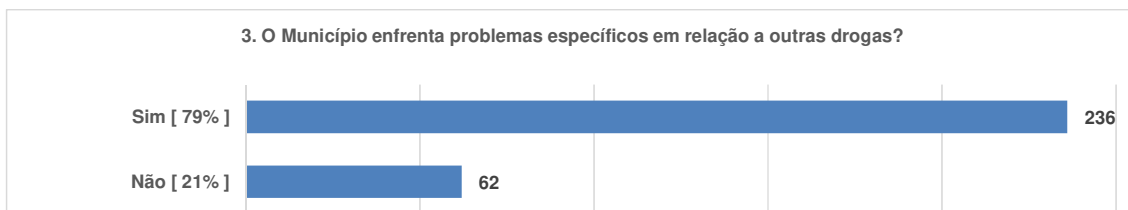
Questionados sobre problemas específicos que o crack traz aos Municípios, 54% afirmam que isto ocorre, e 46% indicam que não.



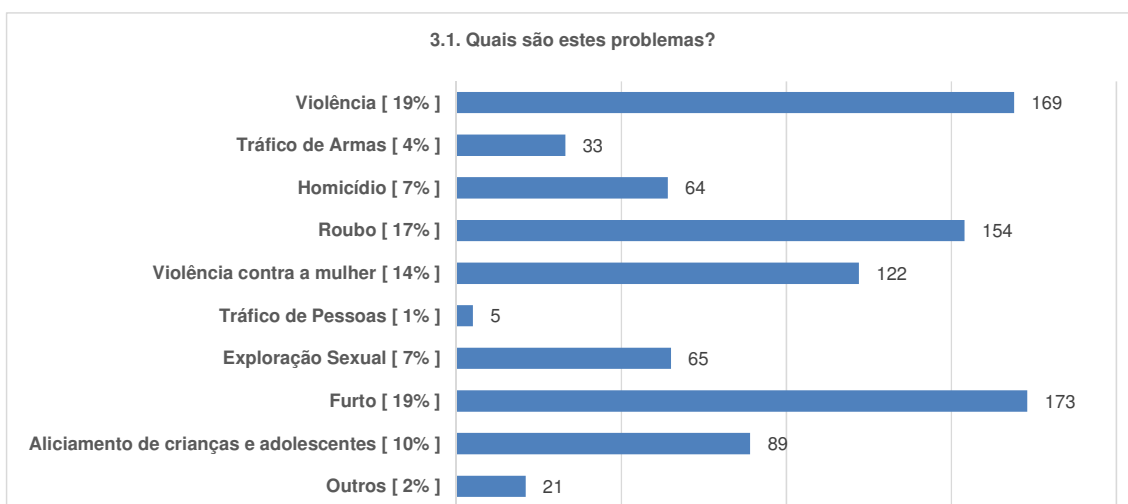
Dentre os principais problemas citados, não muito diferente das outras regiões, a violência e o furto são citados em primeiro lugar com 18%, seguidos pelo roubo com 17%.

A violência contra as mulheres aparece com 13%, o aliciamento de crianças e adolescentes com 11%, o homicídio com 8%, a exploração sexual com 7% e o tráfico de armas com 4%. Existem citações sobre tráfico de pessoas no sul do Brasil, mas não chegam a 1%.

No campo *outros*, que corresponde a 1% das declarações, há indicações de suicídio, a questão do alcoolismo atrelado ao uso de crack e a violência contra idosos.



Quando os problemas são específicos a soma das outras drogas, o percentual aumenta para 79%. Os participantes que não possuem estes problemas somam 21%.

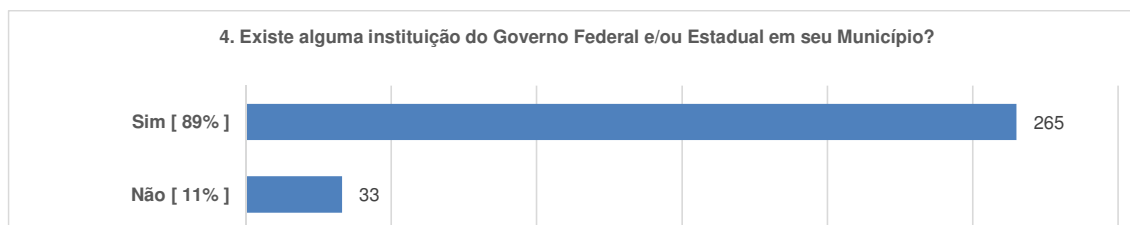


Os problemas gerados pelo uso de outras drogas incluem a violência e o furto, com 19% das respostas e o roubo com 17%. Se forem comparados estes três tipos de situações, agravadas pelo uso de entorpecentes, verifica-se uma semelhança grande com os problemas desencadeados pelo uso de crack.

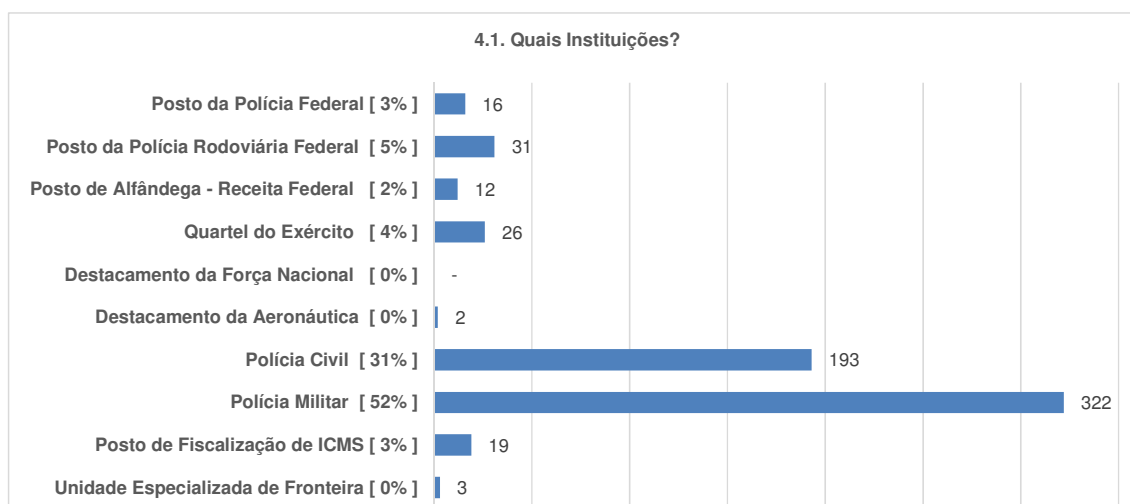
Consecutivamente aparece o cenário da violência contra as mulheres, em quarto lugar, com 14%, o aliciamento de crianças e adolescentes com 10%, a exploração sexual e o homicídio, com 7%. Este quadro, que envolve estas quatro situações em particular, conversam muito entre si, pois um problema está intimamente atrelado ao outro.

Em últimas colocações apresentam-se o tráfico de armas, representado com 4%, e o tráfico de pessoas, com 1%.

No campo *outros*, representado por 2%, foram mencionados os abusos sexuais, o suicídio e a violência específica contra crianças, no convívio familiar.



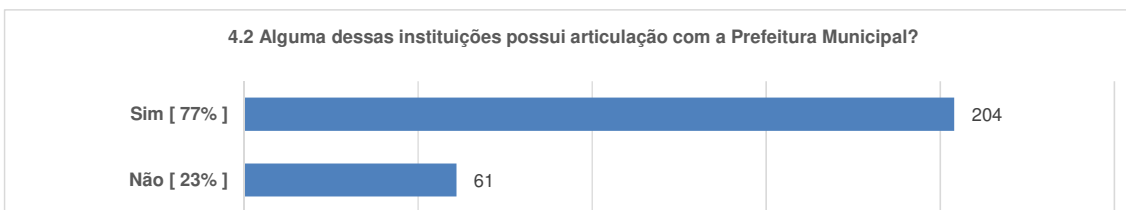
A presença de instituições que salvagam as fronteiras do sul do país estão em 89% dos Municípios. Em 11% deles não há esta presença, de suma importância para a segurança nacional.



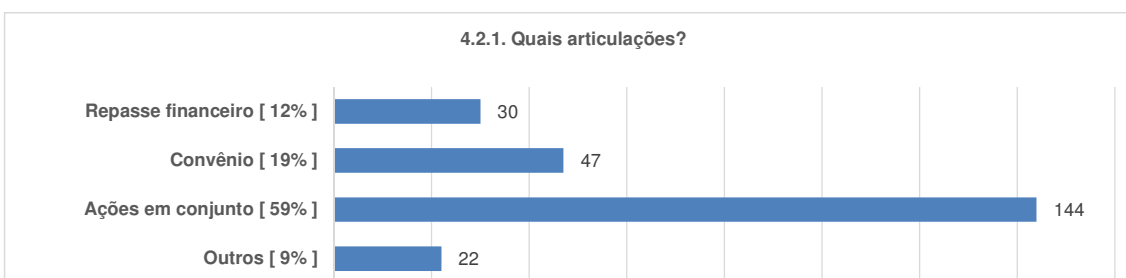
Dentre os 265 Municípios que têm instituições, a polícia militar está presente em 52% das cidades e a polícia civil em 31%.

Em números baixos de citações aparecem os postos da polícia rodoviária federal em 5%, os quartéis do exército 4%, os postos de fiscalização do ICMS e os postos de polícia federal com 3%.

Os postos de alfândega existem em apenas 2% das localidades pesquisadas. Já as unidades especializadas de fronteira e dos destacamentos da aeronáutica não somam 1% no gráfico. Não há destacamento da força nacional nos estados sulistas pesquisados.



Ainda com relação as instituições, houve o questionamento se havia articulação delas com a prefeitura. Em 77% ocorre este vínculo, e em 23% não.

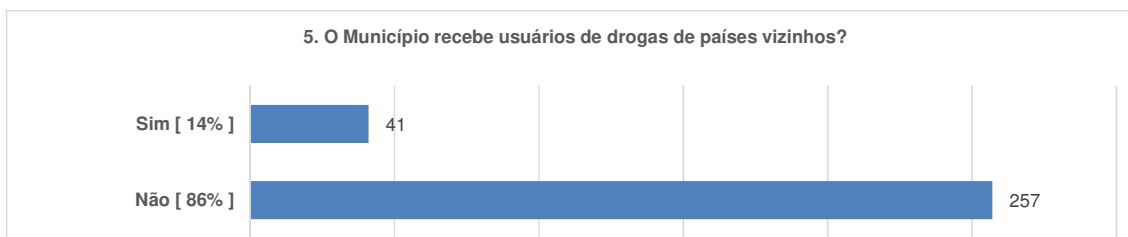


Das articulações citadas, as ações em conjunto somam 59%. Das três regiões pesquisadas, esta é a que menos desenvolve este tipo de atividade.

Os convênios são realizados em 19% das cidades e o repasse financeiro em 12% delas. Estas práticas são mais desempenhadas nesta região, se comparadas às demais.

No campo *outros*, informado por 9% dos pesquisados, houve declarações sobre trabalhos em conjunto na fiscalização em bares, em projetos sociais e no auxílio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD.

Outros apontamentos foram: reforma de viaturas, cessão de funcionários administrativos e auxiliar de serviços gerais. Manutenção de prédios alugados, com o pagamento de luz, água e material de expediente. Vale destacar que as instituições de segurança são de competência do estado e da União, mas, o Município, para dispor este serviço aos cidadãos, acaba arcando com estas despesas.



Os três estados do sul brasileiro, em sua maioria, 86%, não recebem usuários de drogas de países vizinhos. Apenas 14% apresentam esta realidade.



Para complementar as informações da questão anterior, dos Municípios pesquisados que recebem usuários de outros países, 59% afirmam ofertar tratamento para a dependência química em sua rede local.

As localidades que não ofertam este serviço para estrangeiros somaram 41%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que a temática das drogas carregam consigo são muito densas. E a questão da imensa fronteira que o Brasil apresenta aponta as peculiaridades de cidades com diferenças significativas entre si.

As dificuldades de deslocamento e comunicação aliadas a baixa densidade demográfica fizeram com que o território fronteiriço experimentasse um isolamento político que prejudicou muito esta área.

As três regiões aqui pesquisadas informaram que são rota de tráfico de drogas, e as percentagens apresentadas são altas. A exceção do sul do Brasil, que apresentou uma taxa de 54%, nas outras duas regiões as proporções são acima de 80%.

Estes dados são um sinal de alerta. As drogas que entram no país podem ser destinadas ao consumo dentro do território brasileiro, o que implica que o número de usuários possivelmente pode aumentar nos próximos anos, entretanto, estas substâncias também podem ser encaminhadas para a exportação em

direção a outros países, o que caracteriza o Brasil como uma rota expressiva para o escoamento do narcotráfico.

Como dito anteriormente, a extensão de fronteira corresponde a 27% do território nacional e a divisa ocorre com os principais países produtores de cocaína e maconha do mundo. Sendo assim, estes dois tipos de drogas ilícitas são as que aparecem em maior quantidade de citações nesta pesquisa.

O que chama a atenção são os apontamentos sobre o crack. Anteriormente, este narcótico era beneficiado no Brasil, pois as substâncias usadas para a transformação da cocaína em crack são produzidas em larga escala aqui. Agora a droga entra pronta no território nacional.

No tocante as formas de tráfico existentes, por sua natureza ilegal e pela consequente necessidade de procurar escapar do monitoramento das forças de segurança, existe uma tendência muito característica de permanente inovação.

Neste levantamento, o transporte de entorpecentes na forma terrestre apareceu em primeiro lugar em todas as regiões pesquisadas. Este, provavelmente, é o tipo mais usado pela facilidade, pois pode ser realizado por automóveis, ônibus de linha regular, veículos de cargas, motocicletas, bicicletas, além das chamadas “mulas”, pessoas contratadas pelos traficantes para o traslado de pequenas quantidades de drogas.

Já a forma de tráfico aquático apareceu em segundo lugar no Norte e no Sul. É interessante ressaltar que 9.523 km da fronteira encontram-se em lagos, rios e canais. Esta circunstância somada ao fato que grande parte destas faixas encontram-se em regiões de floresta, além da extensa malha hidroviária que corta diversas regiões brasileiras, servem como escoadouro de embarcações clandestinas que entram no Brasil carregando grandes quantidades de drogas.

Um aspecto um pouco diferente foi reportado na região Centro-Oeste. A forma aérea de tráfico ocupou o segundo lugar, o que se conhece, de informações vindas da área de segurança, é que isto ocorre em rápidos descarregamentos que ocorrem em pistas de pouso improvisadas ou zonas rurais, por meio de arremessos.

De qualquer maneira, as rotas do narcotráfico são a maior prova do processo de integração pelas drogas. Pouco importa se são abertas, fechadas, mudadas e, em alguns casos, esquecidas por um espaço de tempo e depois rearticuladas e reutilizadas.

A droga crack foi separada das outras drogas, por sua particularidade, para que se pudesse averiguar os problemas específicos que ela leva aos Municípios.

Das regiões pesquisadas, a Centro-Oeste é que se destaca pela problemática, embora as outras também apresentem esta situação.

Os problemas apontados não variam muito de uma localidade para outra, geralmente a violência, o roubo e o furto aparecem no topo da lista, com variações nas posições.

Assim, pode-se afirmar, de forma breve, que há uma correlação direta entre problemas de criminalidade local e a existência de circuitos ilegais transfronteiriços.

A informação que causa uma advertência, e que não pode deixar de ser citada aqui, é a questão da violência contra a mulher. Ela ocupou quarto lugar na maioria das citações, à exceção do Norte do país.

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero.

O informe seguinte relacionava os problemas causados por outras drogas, que não o crack.

Os números são um pouco mais elevados, se comparados com a explanação anterior, mas é necessário compreender que esta questão aglutinou todas as outras drogas, a exemplo da cocaína, pasta-base, maconha, drogas sintéticas, etc.

A realidade dos problemas que as chamadas outras drogas causam, também não diferem de forma expressiva. Assim como na questão pregressa, a violência, o furto e o roubo são as dificuldades mais enfrentadas. E a violência contra a mulher permanece logo em seguida na maioria dos apontamentos.

O que observa-se é uma difusão dos problemas característicos das grandes metrópoles brasileiras para Municípios de médio e pequeno porte. A associação destes problemas é uma dinâmica presente em grande parte das cidades brasileiras, mas sob a ótica das localidades fronteiriças, os agravos tornam-se mais complicados e complexos pela localização geográfica.

Todos estes episódios citados, naturalmente, constituem um enorme desafio para uma política nacional de segurança pública voltada para as

fronteiras. Seguindo esta linha de raciocínio, percebeu-se a necessidade de levantar dados sobre a presença de instituições federais e estaduais nas localidades pesquisadas.

Nas três regiões estudadas, estas instituições são mencionadas sempre acima de 85%. Isto permite dizer que houveram avanços nos investimentos, mesmo que tímidos.

A exceção do Centro-Oeste, onde a polícia civil é mais citada, as polícias militar e civil são referidas, respectivamente, no topo da lista.

A segurança pública é dever do estado, e as polícias acima exercem papéis fundamentais na preservação da ordem pública e em investigações criminais.

Devido importância deste trabalho, foi questionado se havia articulação entre estas instituições e as prefeituras municipais. As três regiões afirmaram, acima de 60%, que sim, e a articulação mais citada foi o desenvolvimento de ações em conjunto.

Ainda dentro das particularidades de cada região estudada, mas saindo um pouco da área de segurança e entrando nas áreas de saúde e assistência social, os participantes foram questionados se recebiam usuários de drogas de países vizinhos. A maioria deles afirma que isto não ocorre.

Entretanto, dentre os Municípios sondados que declararam receber usuários de drogas estrangeiros em seu território, eles ainda afirmaram ofertar tratamento na rede local. Embora estes números não sejam muito expressivos, eles mostram a vontade dos gestores locais em auxiliar a população. Sendo ela brasileira ou não.

Depois de findado o trabalho de compilação dos dados, verificou-se e verifica-se diariamente que a questão das drogas no Brasil move-se em um exercício de geometrias variadas.

As realidades nas regiões estudadas possuem peculiaridades e particularidades que espelham a idiosincrasia de contextos sociais diferentes.

Uma das formas de auxiliar no combate as atividades ilícitas nas regiões de fronteira pode ser um esforço conjunto entre os países da América do Sul, a geração de oportunidades de negócios de menor porte e de fomento ao empreendedorismo, pois lugares com uma densidade populacional maior ajudam a travar tais atividades.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Gilberta. Políticas de drogas e cultura de resistência. In: GARCIA, Joana; LANDIM, Leilah; Dahmer, Tatiana (orgs). Sociedade e Políticas: novos debates entre ONGs e Universidade. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 2003.

ALBERTX Júnior, José. Narcotráfico – um Jogo de Poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 1993.

DEL OLMO, Rosa. A face oculta da droga. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

MAGALHÃES, Mário. O narcotráfico. São Paulo: Publifolha, 2000.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Problemas Sociais, políticas públicas: o caso do tóxico. In: ZALUAR, Alba (Org.). Drogas e Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROCÓPIO, Argemiro. O Brasil no mundo das drogas. Petrópolis: Vozes, 1999.

PROCOPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Rev. bras. polít. int. Brasília, v.40, n.1, p.75-122, 1997.

ZACCONI, Orlando. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Documentos eletrônicos:

A questão das drogas no Brasil. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/0e_cbab03f16aac7aeb50Selma%20Maria%20Muniz%20Marques%20da%20Silva.pdf>. Acesso durante o período de realização da pesquisa.

Observatório Brasil da igualdade de gênero. Disponível em:
<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>>.
Acesso durante o período de realização da pesquisa.

ONU - Organização das Nações Unidas. Apresenta documentos sobre a política de combate as drogas ilícitas. Disponível em: < <http://www.unodc.org/>>. Acesso durante o período de realização da pesquisa.

Políticas de drogas. Editora BRAHA. Out/2009. Disponível em:
<<http://www.braha.org/pt/>>. Acesso durante o período de realização da pesquisa.